

O DRAMA DE ESCREVER

Edith Pimentel Pinto
USP

Os problemas de quem escreve, no Brasil, sentidos agudamente por candidatos a exames e concursos, e mais ligeiramente por aqueles que têm por ofício redigir, podem ser equacionados diferentemente, mas suas raízes são as mesmas e se plantam na conceituação da identidade da língua como representação coletiva do povo brasileiro, cabendo às vanguardas considerável papel a esse respeito.

Uma das possíveis abordagens de tais problemas parte, pois, da noção que se tem de que a língua do Brasil é o português; ou português brasileiro; ou a língua brasileira.

Em conseqüência da adesão a uma dessas concepções, que, evidentemente, se projetam no campo da pragmática, ganham relevo atitudes que vão desde o cultivo apaixonado dos estudos gramaticais e a leitura assídua dos grandes modelos do passado português, até a opção pelo referencial popular oral, passando por duplos e dosados compromissos entre esses extremos.

Os que trabalham a língua como matéria-prima, somados àqueles que trabalham com ela por ofício, isto é, escritores ao lado de professores e críticos, constituem, com preponderância ora de uns, ora de outros, a vanguarda formadora da opinião sobre o uso da língua.

Historicamente se atesta que, enquanto se consideraram os brasileiros herdeiros naturais da língua e da própria literatura portuguesa, o cultivo dos estudos gramaticais, assim como a exaltação de seus modelos literários eram decorrência coerente. Atesta-se, igualmente, que é ideológico o fundamento dessa atitude, o que se tornou evidente, por exemplo, nos meados do século XIX, quando, pela primeira vez, se considerou a hipótese de ser a variedade brasileira da língua portuguesa a expressão de outra cultura e, portanto, passível de desligar-se dos vínculos que a prendiam a Portugal.

Assim, pois, enquanto não houve um motivo de ordem social, a exacerbação do nacionalismo então manchado de lusofobia, que provocasse a reflexão crítica sobre a realidade lingüística brasileira e sua significação, a transformação da língua se processava sem provocar maiores preocupações e as dificuldades conseqüentes situavam-se na rotina de sua mais ou menos árdua superação.

Examinando-se hoje os textos literários produzidos nessa época, aproximadamente coincidente com o Romantismo, verifica-se que já se sabia muito menos de gramática do que a ausência de discussão, até esse momento, faria supor.

Como se sabe, foi a crítica aos textos de Alencar que trouxe à luz o fato de que havia escritores que "não sabiam a língua", isto é, a forma consagrada em Portugal e preconizada no Brasil.

Essa crítica provocou, por parte do escritor, uma defesa a **posteriori**, mas logo simultânea, de seu uso da língua, ponto de partida para subseqüentes considerações sobre aspectos mais gerais, como a natureza da variedade lingüística brasileira. O núcleo da questão, nem sempre desvendado, estava no relacionamento entre língua escrita, de molde português, e a oral, de confecção brasileira.

No que se refere à manifestação escrita, dois aspectos devem ser considerados na posição de Alencar: seus textos realmente corporificavam um uso específico da língua e, conseqüentemente, constituíam uma consolidação de novo modelo literário; mas sua defesa improvisada até certo ponto contradizia tal posição, pois, salvo quando ele se valia do que deveria ser o eixo da argumentação de um artista, a chamada "eufonia", Alencar procurava basear-se nos mesmos pontos que sustentavam seus opositores – a gramática, o dicionário, a história da língua, o latim. E deixou muito claro que sabia muito pouco disso tudo.

Todavia, não parece caber exclusivamente à fragilidade da argumentação a responsabilidade pela escassa repercussão das idéias de Alencar, no tempo e no espaço do Brasil de então. De fato, dificilmente se poderia esperar, dada a inexpressividade da vida literária da época, a formação de uma opinião pública capaz de nutrir e fazer frutificar tais idéias.

É bom ainda ressaltar que os deslizos apontados em Alencar não se deviam apenas ao desalinho formal voluntário dos românticos, mas revelavam, correlatamente, a qualidade do ensino na época. Exemplo típico, desse ângulo, é o poeta Junqueira Freire, professor de retórica na Bahia e muito pouco apegado às exigências gramaticais.

A reação a esse tratamento negligenciado da língua escrita levaria ao extremo oposto, o reinado da vernaculidade, que durou cerca de meio século, tempo suficiente e momento propício à formação de uma opinião pública que sustentasse a nova posição da vanguarda.

*

Nos dois últimos decênios do século passado, estendendo-se pelos dois iniciais destes, instalou-se uma corrente de opinião de tipo legitimista, não só por se reconhecerem os brasileiros usuários legítimos da língua portuguesa, mas também porque se consideravam os preservadores de seu mais legítimo ramo – o que se prendia diretamente à época de esplendor da língua, o século XVI.

Sabedores da língua vicejavam então por todo o País, do Maranhão ao Rio de Janeiro, da Bahia a São Paulo, publicando compêndios de gramática, envolvendo-se em polêmicas e arrazoados sobre pontos controvertidos através de jornais e revistas. Eram estes sabedores advogados, como Rui Barbosa, engenheiros como Euclides da Cunha, médicos, almirantes, generais, jornalistas, enfim todos os homens cultos da época, todos capacitados a discutir dificuldades gramaticais, com citações fartas dos clássicos portugueses – conseqüência do ensino, já então por certo rigoroso, e da assiduidade da leitura formadora do gosto literário.

A propósito, Olavo Bilac comenta um "grave conflito" entre jornalistas, ocorrido em Belém do Pará e motivado por questões gramaticais que levaram os adversários a se esbordoarem e o poeta a concluir que a gramática era "a arte que mais ferozes, intolerantes e ásperos artistas produz".¹

Esse interesse geral refletia-se naturalmente nos programas escolares, extensos e minuciosos; na cobrança, feita pelos adultos, de correção no escrever e no falar das crianças e jovens; e na presença doméstica das obras modelares portuguesas. Tornou-se sinal de cultura e bom gosto escrever e falar com vocábulos, torneios sintáticos e até prosódia portuguesa.

Deixaram depoimento a esse respeito escritores que se formaram durante o período, como Monteiro Lobato², nascido em 1882, e Graciliano Ramos³, de 92.

De acordo com o testemunho desses e outros escritores, a iniciação nos estudos de língua era prematura e a gradação dos textos escolares, conforme suas dificuldades, pouco levada em consideração. Já os compêndios de gramática admitiam, nesse sentido, três degraus: da gramática escolar (como a de Arnaldo Barreto *et alii*), ou elementar, ou preliminar, ou primária, passava-se à secundária e, desta, à superior – conforme a seriação de João Ribeiro, entre outros.

Um compêndio de gramática, embora simplificada, era posto diretamente nas mãos do estudante, a par de vários outros livros: o de leitura ou a antologia, o de história – também um de história sagrada, nos colégios religiosos – o de geografia, o de instrução moral e cívica. Viviam, pois, os meninos, num mundo livresco, onde, com auxílio do professor ou não, podiam solucionar suas dificuldades; onde encontravam modelo para suas composições; e onde formavam seu hábito de leitura.

Os chamados livros de leitura, destinados às primeiras classes, eram em geral elaborados por um só autor e giravam em torno da vida escolar, familiar e nacional; no caso de serem antologias, abrigavam autores brasileiros e portugueses: Camões não faltava em nenhuma delas. Graciliano Ramos dá testemunho disto e ao mesmo tempo indica mais um tipo de livro que então circulava: um livro manuscrito, destinado às aulas da caligrafia, mas que, nas regiões mais carentes, funcionava também como antologia e texto para aplicação da matéria gramatical ensinada.⁴

Esses livros manuscritos (impressos, naturalmente), de que temos em mãos um exemplar⁵, circularam nos começos do século: os vários estudantes que dele se valeram aí deixaram suas assinaturas, as datas (1905, 1908, 1914) e a localização da escola – Santa Cruz do Rio Pardo, interior de São Paulo. No exemplar de que dispomos constam, entre outros, textos dos brasileiros Gonçalves Dias, Castro Alves, Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, Macedo, Machado de Assis, Vicente de Carvalho e Amadeu Amaral – cujo texto é autógrafo. Dentre os portugueses só figuram os do passado – Bernardes, Bocage, Alexandre Herculano: é bom lembrar, conforme já assinalamos, que os portugueses contemporâneos, diferentemente dos brasileiros, não eram considerados legítimos representantes do bom vernáculo.

Por essa época o papel dos escritores brasileiros foi muito relevante, pois eles se empenhavam de toda forma na campanha pela instrução nacional. Elaboravam livros didáticos, paradidáticos e de simples entretenimento e ainda traduziam obras estrangeiras para a infância, tudo em português correto e estilo simples. Simples para a época, em que as crianças conheciam Camões e quando muitos desses escritores, em obras destinadas ao público adulto, eram muito elaborados.

Dentre as obras assinadas então por grandes nomes destacavam-se: *Céus e terras do Brasil*, Taunay, 1882; *Contos pátrios*, Olavo Bilac e Coelho Neto, 1896; *Poesias infantis*, Olavo Bilac, 1896; *América*, Coelho Neto, 1897; *Teatro infantil*, Olavo Bilac e Coelho Neto, 1905; *Através do Brasil*, Olavo Bilac e Manuel Bonfim, 1910; *Pátria brasileira*, Olavo Bilac e Coelho Neto, 1911; *Minha terra e minha gente*, Afrânio Peixoto, 1916.

Algumas dessa obras pretendiam cobrir campos específicos da formação infantil e juvenil, como *América*, de Coelho Neto, livro destinado às aulas de Educação cívica, como reza a capa.⁶ Trata-se de obra de ficção, cujo modelo era certamente o *Cuore*

(1886), de Edmundo de Amicis, um dos grandes sucessos da literatura infantil da época. A narrativa gira em torno dos episódios ocorridos durante um ano da vida escolar de um menino, entre os quais se inserem temas relativos à história nacional – o 21 de Abril, o 13 de Maio, o Descobrimento do Brasil – numa perfeita réplica ao patriotismo italiano de Amicis. O primeiro tradutor de obra para o português tinha sido Ramalho Ortigão. No Brasil a primeira foi a de Valentim Magalhães (1891)⁷ e a segunda, já fora do período a que nos estamos referindo, a de João Ribeiro (1925).⁸ Nesta já se revela claramente a nova direção do pensamento brasileiro: em sua "Advertência" o tradutor declara que fez uma "tradução brasileira", substituindo, para isso, expressões tipicamente portuguesas – não evitadas anos antes – como **papá**, **mamá**, **banca** (carteira escolar), **farpela** (roupa, veste) etc. por equivalentes usuais no Brasil, pois assim " para os entendidos e amadores das comparações entre a linguagem portuguesa da Europa e a da América o texto pode talvez acrescentar algumas curiosidades".

Dentre outras traduções de obras européias notáveis destacam-se as de Grimm, Andersen, Perrault, por Figueiredo Pimentel; e a de W. Busch, *Juca e Chico*, por Olavo Bilac (1910), todas vazadas em "bom estilo".

Essa formação livresca maciça, embora desse primazia à língua escrita, não excluía totalmente a forma oral, se bem que policiada, segundo os valores da época: constavam da rotina escolar exercícios de oralidade, conforme se pode deduzir pelo testemunho indireto de certos compêndios que exploravam a vida escolar e, por isso, as informações que oferecem podem ser dignas de crédito. Num desses compêndios, de que temos em mãos um exemplar⁹, há duas lições encadeadas, cujo assunto é "Uma visita escolar". Na primeira (p. 82-83) consta que, escolhido o tema, seguiu-se uma "aula colectiva sobre linguagem oral" (p.82), finda a qual os alunos compuseram um texto sobre o assunto discutido. A melhor das provas constitui a segunda lição (p.84-87). E na lição intitulada " A União e os Estados", em três partes (p.162-171), expõe-se a discussão maiêutica, dirigida pelo professor, sobre o tema em questão.

*

Essa era, pois, a formação que os modernistas, inclusive Mário de Andrade, que o declarava explicitamente, tinham recebido e contra a qual investiram, motivados pelo excesso de cobranças de minúcias gramaticais e o peso dos monumentos literários portugueses.

Não se tratava, propriamente, de investida contra a gramática, embora tivesse havido certa ruptura de relações no plano de sua prática. A reivindicação de trabalhar com a língua pressupõe conhecimento dela – e isto para Graciliano Ramos e, posteriormente, Guimarães Rosa, é a base do ofício de escritor.

Até entre os que defendiam a partir dos anos vinte, a existência de uma língua brasileira, a preocupação de alinhar contrastes entre o uso brasileiro e o uso português da língua tem como pressuposto a unidade da língua. A denominação "língua brasileira", reivindicada pelos nacionalistas distinguía aquilo que hoje chamamos norma brasileira.

A ruptura das relações superficiais com a gramática e, sobretudo, com o léxico prioritário de Portugal, traria, porém, repercussões futuras – o remédio ultrapassaria a finalidade de cura – tendendo, a longo prazo, para uma radicalização em sentido contrário ao do vernaculismo à portuguesa.

Entre os anos vinte e quarenta e poucos, contudo, o empenho geral era posto no processo de reduzir a "gramatiquice" de que fala Monteiro Lobato, um dos mais dispostos a pôr em prática suas idéias. Nesse propósito, semelhantemente a Mário de Andrade, concebeu um projeto de crítica e simplificação gramatical. A intenção inicial de Lobato era uma gramática histórica e filosófica, que, afinal, se reduziu a um livro paradidático – *Emília no país da gramática*, 1934. O projeto de Mário de Andrade, a *Gramatiquinha da fala brasileira*, era destinado aos "já sabedores" e também sofreu reformulações várias até ser arquivado. Fica, porém, claro que ambos pretendiam, com sua crítica, uma atualização da gramática, que abrigasse também o uso brasileiro.

Por esses dois casos – Lobato e Mário de Andrade – notáveis pela preocupação com as dificuldades gramaticais dos brasileiros, já se percebe que a agitação do problema e a formação da opinião pública, então considerável, continuava a cargo dos escritores.

No entanto, embora com muito menor repercussão, alguns homens do ofício já trabalhavam na adequação da gramática aos novos tempos. A mais feliz concretização dessa proposta, na época, foi a *Gramática secundária* de Said Ali (1923).

*

Para o fim do período em questão um novo fator viria atalhar de vez a liderança dos escritores na condução das correntes de opinião sobre a língua portuguesa no Brasil e suas dificuldades.

Os lingüistas recém-saídos das Faculdades de Filosofia, encarando a questão com menos paixão e muito mais conhecimento específico, entraram a opinar sobre programas de língua e a forma de aplicá-los. O livro de português – agora apenas um – passa a ministrar noções gramaticais apenas vinculadas aos textos antológicos. Paralelamente, também proporcionava noções de matéria correlata, abrindo-se, assim, um leque de conhecimentos complementares, que incluíam, por exemplo, fonética fisiológica.

A este propósito é bom lembrar que assim se construía uma pequena ponte entre a língua escrita e a oral, pois a produção de fonemas e a sua descrição têm, obviamente, base na oralidade e pouca ligação com a matéria propriamente gramatical.

No correr do tempo, a exploração dessa linha diversificada e a passagem da autoria dos livros escolares para mãos menos qualificadas promoveram outro tipo de dificuldade para o estudante – e a conseqüente reclamação por parte dos pais: a matéria gramatical, condicionada aos textos antológicos, fragmenta-se e dispersa-se de tal forma, que dificilmente permite a elucidação de uma dúvida. E a redução dos modelos literários, cada vez mais confinados ao que é mais familiar ao estudante, inclusive em nível de linguagem, já não oferece parâmetros diversificados para a composição de textos, nem, muito menos, para a formação do gosto literário e do espírito crítico.

É natural, pois, que hoje as dúvidas sejam mais numerosas e atinjam até pontos fundamentais da gramática. Estudantes, jornalistas e até professores, ante a cobrança do "certo" (o gramatical), que lhes faz a sociedade, andam tão atormentados quanto antigamente os que se empanturravam de gramática. Com a diferença de que então havia muitos livros à mão e muitos oráculos gramaticais...

Há, pois, uma grande, uma enorme defasagem entre o que a sociedade proporciona através do ensino – englobando-se programas e livros – e os frutos que se esperam.

Sabe-se, hoje, que a modalidade brasileira da língua portuguesa rege-se pela mesma gramática, mas esta poucos conhecem, inclusive os escritores, que há muito deixaram de ser autoridade na matéria, eles também produto de uma formação que dispensa o convívio com o livro. E as dificuldades, que já são muitas, tenderão a multiplicar-se.

NOTAS

1. Cf. "Gramáticos", 1908. In *Ironia e piedade*, São Paulo/Rio de Janeiro, F. Alves, 1916, p.243.
2. Cf. *A Barca de Gleyre e Cartas escolhidas, passim*.
3. Cf. *Infância, Linhas tortas, Viventes das Alagoas e Cartas, passim*.
4. "Foi por esse tempo que me inflingiram Camões manuscrito. Sim senhor: Camões em medonhos caracteres borrados – e manuscritos. Aos sete anos, no interior do Nordeste, ignorante da minha língua, fui compelido a adivinhar, em língua estranha, as filhas do Mondego, a linda Inês e os barões assinalados." – "O Barão de Macaúbas". In *Infância*, São Paulo, Martins, 1967, p.122.
5. *Leitura manuscrita* – Lições colligidas por BPR. São Paulo, Duprat /s.d./
6. *América* – Educação Cívica. Rio de Janeiro, Bevilacqua, 1897.
7. *Coração*. Vertido do italiano e prefaciado por Valentim Magalhães. São Paulo, Teixeira e Irmão, 1891.
8. *Coração*. Tradução brasileira autorizada, feita da 101ª edição italiana por João Ribeiro. Rio de Janeiro, F.Alves, 1925.
NOTA: consultamos a 48ª "edição cuidadosamente corrigida" (e tirada da de João Ribeiro). São Paulo, F.Alves, 1959.
9. ROCA, Ramos e OLIVEIRA, Mariano de. *Novas leituras*. Terceiro livro, 3ª edição. São Paulo, Tip.Siqueira-Nagel, 1915.
